

O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO – BRASILEIRA E AFRICANA NO CURRÍCULO ESCOLAR

THE TEACHING OF AFRO - BRAZILIAN AND AFRICAN HISTORY AND CULTURE IN THE SCHOOL CURRICULUM

Andreza dos Santos Silva Brito¹
Marcilene Pöpper Gomes²

RESUMO: A escola, importante que se configure como um lugar de valorização da diversidade, reconhecimento e enaltecimento do multiculturalismo, tendo como lema “a igualdade nas diferenças”, o que exige uma postura diferenciada por parte dos profissionais da educação que atuam nas instituições escolares. A pesquisa realizada qualifica-se como exploratória e documental com abordagem mista e foi realizada em uma escola municipal, situada no município de Brusque, com os professores que lecionam as disciplinas de Artes, História e Literatura, tendo como instrumento de pesquisa a aplicação de questionário, análise do Projeto Político Pedagógico e planos de aula. O projeto teve por objetivo analisar como ocorre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na escola, buscando reconhecer a relevância que esse assunto possui na formação da nação brasileira, por meio de sua cultura e a necessidade de apresentar para os alunos a sua história sob outro ângulo, que não seja apenas a depreciação dos negros africanos por conta da escravidão que se perpetuou durante anos. Sendo a escola um lugar que contribui para a formação integral dos seres humanos torna-se primordial que esta, aborde temas que fazem parte do convívio humano e das implicações que surgem a partir das relações estabelecidas. Há necessidade de ter um olhar diferenciado para essas questões, tendo como base o respeito e diversificação das estratégias utilizadas pelos educadores ao tratarem de temáticas que gritam por atenção no dia a dia da escola.

Palavras-chave: Diversidade. Multiculturalismo. Formação. Respeito. Estratégias.

ABSTRACT: *The school, important to be a place of appreciation of diversity, recognition and enhancement of multiculturalism, having as its motto "equality in differences", which requires a differentiated position on the part of the education professionals who work in school institutions. The research was qualified as exploratory and documentary with mixed approach and was carried out in a municipal school, located in the city of Brusque, with teachers who teach the subjects of Arts, History and Literature, having as research instrument the application of questionnaire, analysis of the Political Pedagogical Project and lesson plans. The aim of this project was to analyze how the teaching of Afro-Brazilian and African history and culture occurs in schools, seeking to recognize the relevance of this subject in the formation of the Brazilian nation through its culture and the need to present to students its history from another angle, which is not just the depreciation of African blacks because of slavery that has been perpetuated for years. Since*

¹ Acadêmica do curso de Especialização em Educação da UNIFEBE. *E-mail:* andreza_21@unifebe.edu.br

² Professora orientadora. (Mestre em Educação). *E-mail:* marci@unifebe.edu.br

school is a place that contributes to the integral formation of human beings, it becomes paramount that it addresses themes that are part of human conviviality and the implications that arise from established relationships. There is a need to take a different look at these issues, based on the respect and diversification of the strategies used by educators when dealing with themes that shout for attention in the day to day school.

Keywords: *Diversity. Multiculturalism. Formation. Respect. Strategies.*

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, pode-se constatar que na prática ainda há resquícios de uma sociedade que marginaliza o negro por conta da sua cor, percebe-se que há um racismo mascarado, o medo da punição baseada em leis para quem cometer tal ato, impede as pessoas de expressarem-no publicamente, mas em algumas situações, no entanto, demonstram que este nunca deixou de existir. Os noticiários demonstram que em pleno século XXI ainda encontramos pessoas com pensamentos fechados a ponto de alimentar ideias que visam a discriminação ao negro. O que fazer para mudar esta situação? A educação é o melhor caminho a ser percorrido em busca de mudança de concepção, ensinando as crianças desde pequenas a respeitar a história do outro, e em se tratando do negro, o reconhecimento das contribuições que a cultura africana deixou para a nação brasileira.

Este trabalho tem a pretensão de detectar como a questão do racismo é vista no chão da escola, e assim, examinar como este assunto é apresentado no cotidiano escolástico, além de verificar a base que os profissionais da educação têm para o enfrentamento de situações de racismo no ambiente escolar, de que maneira estas questões são trabalhadas, e, quais as metodologias utilizadas para abordar um tema tão polêmico e necessário para a formação de futuros cidadãos atuantes de nossa sociedade. Reconhecer o valor das raízes africanas é perceber que a vinda dos negros para o Brasil representa o surgimento de um país diversificado, pois junto com eles vieram as suas crenças, modo de vestir, falar, dançar, e estas questões devem ser apresentadas no contexto escolar para que haja uma nova visão por parte dos alunos ao se retratarem dos africanos e seus descendentes.

A delimitação deste trabalho está situada na busca de verificar se há, e como acontece o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no ambiente escolar. Quanto ao objetivo geral, este configura-se pelo ato de analisar como ocorre o ensino da história e cultura afro – brasileira e africana na escola. Os objetivos específicos estão baseados em identificar se há, e de que maneira

é vislumbrado o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na escola, se como um ato interdisciplinar/multidisciplinar ou como algo independente; identificar se os profissionais da educação têm conhecimento dos documentos oficiais que ampara o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana; verificar quais as estratégias e metodologias utilizadas para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

Ao mesmo tempo em que a escola é um espaço de diversidade de pensamentos e ideias, é fundamental que favoreça o multiculturalismo, que busque valorizar as diferenças. De acordo com Jovino (2009, p. 17):

Os educadores são, também, profissionais da cultura, e não de um padrão único de aluno, de currículo, de conteúdo, de práticas pedagógicas, de atividades escolares. Todos, sem exceção, diferem em raça/etnia, nacionalidade, sexo, idade, crenças, classe. Todas essas diferenças estão presentes na relação professor/aluno e entre os próprios educadores.

Desta forma, sugere-se que os educadores façam uso de estratégias variadas que alcancem a todos, fazendo o uso da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade quando preciso, possibilitando que haja diálogos entre as disciplinas, extinguindo a existência de conhecimentos engavetados e promovendo uma aprendizagem atrativa e interativa. Jovino (2009) acredita que, em relação aos valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros, os educadores podem trabalhar partindo da ação, criando momentos de conversa com idosos e pessoas mais experientes, que possam relatar as suas vivências, abertura de espaço para a dança, a música, as comidas, etc., que permitam aos alunos conhecer por meio da prática a cultura afro-brasileira e africana.

[...] é preciso colocar à disposição um material de apoio que resulte de planejamento no âmbito da educação, mas também de cultura. Vídeos educativos, filmes, museus, centros culturais, Internet, etc. constituem linguagens importantes na instrumentalização de uma consciência crítica dos alunos, apta a problematizar, sobretudo, a construção da imagem negra (JOVINO, 2009, p. 21).

É necessário pensar métodos inovadores para abordar questões que estão presentes no cotidiano de professores e alunos e que muitas vezes passam despercebidos, questões sociais que precisam ser levantadas, com o intuito de mostrar o assunto abordado sob outro prisma do que a sociedade muitas vezes impõe.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender e reconhecer a importância do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, faz-se necessário que tenhamos o conhecimento do que aconteceu na história desde a criação da ideia de raça, racismo e as suas consequências até os dias atuais. No que se refere à concepção de raça, Baton (1977, p. 39) diz que:

No século XVIII, a palavra raça era primeiramente usada para a descendência comum de um conjunto de pessoas; as suas características distintivas eram dadas por assentes e a categoria raça usava-se para explicar como as conseguiram. No século XIX, raça tornou-se um meio de classificar as pessoas por essas características.

Segundo d'Adesky (2005, p. 44–45), a idealização da palavra raça remete à “continuidade das descendências, o parentesco pelo sangue, a hereditariedade das características fisiológicas”, mas que “do ponto de vista da genética, a ideia de raça é desprovida de conteúdo ou valor científico”.

A história da humanidade confirma a inconsistência da noção de raça pura. Misturas biológicas são a constante. Do ponto de vista da genética, não existe raça branca ou negra. Não existe raça ariana ou latina. Também não existe raça brasileira. Os povos nunca cessaram de se misturar uns aos outros. Daí a evidente diversidade dos tipos físicos que formam a população mundial (D'ADESKY, 2005, p. 45).

Apesar de não haver a existência de raças puras, conforme cita o autor, houve um período em que a ciência foi usada para explicar e determinar a superioridade e inferioridade dos povos, Schwarcz (1993, p. 28) declara que “era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e se determinavam inferioridades”, era a partir dos modelos evolucionistas que havia o estudo das raças e a justificação de uma hierarquia natural. Schwarcz (1993, p. 62) afirma que, para o autor Renan existiam três raças que eram: branca, negra e amarela, segundo este autor “os grupos negros, amarelos e miscigenados seriam povos incivilizados, ou seja, estes grupos não teriam a capacidade de evoluir, pois a sua natureza era inferior à raça branca.

A partir da ideia de que existia uma raça superior, que seria a raça branca, segundo d'Adesky (2005, p. 69) a autora Giralda Seyferth afirma que, a partir da ideia de seleção natural, há uma busca pela “eliminação dos caracteres negros dos mestiços, e após algumas gerações” houvesse o “desaparecimento da população negra”, passando a existir o ideal de branqueamento,

baseado na busca por uma raça pura. Estes ideais podem ser configurados como racismo, no entanto, Carneiro (1988, p. 18) reitera que:

A origem do racismo não é científica, e o homem não nasce com preconceito. É política, social ou econômica, sendo usada pelos indivíduos para justificar seus interesses, exploração econômica, ou como pretexto para a dominação política. Tanto na antiguidade como na Idade Média os homens, em vários momentos, se utilizaram da existência de diferenças físicas e de desacordos de caráter religioso como motivo para justificar suas lutas pelo poder e sua ganância econômica.

No tocante a esta questão da diferença racial, d' Adesky (2005, p. 69 – 70) afirma que o “negro é vítima dessa opressão”, pois ao estar entre brancos, este é discriminado pela cor da sua pele e que “o negro não somente é negado em sua raça, mas também em sua história, em sua língua e sua arte etc. Por esta razão, houve a criação de leis que buscassem valorizar o negro e a sua cultura, valorizar as contribuições que os escravos africanos deixaram para a formação da nossa nação brasileira.

O racismo apresenta-se, então, como a configuração de superioridades intelectuais e civilizatórias do Ocidente em relação às culturas de origem africana ou indígena. E mesmo quando é reconhecida a contribuição dessas culturas à matriz nacional brasileira, a cultura ocidental coloca-se, automaticamente, como a melhor (D'ADESKY, 2005, p. 70).

Dessa forma, a escola é um lugar que poderá atuar de maneira que minimize os efeitos causados pelo racismo que ainda se encontra arraigado em nossa sociedade, colaborando para a formação de sujeitos que tenham o respeito às diferenças como a base de toda e qualquer relação.

A Educação Básica é direito público e subjetivo, a qual possibilita que qualquer cidadão possa cursá-la e evoluir academicamente, profissionalmente e pessoalmente, no entanto, para que esta aconteça com eficácia é necessário que seja ofertado meios que garantam o acesso e a permanência de todos, este direito está garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a qual em seu artigo 3º apresenta os princípios que servem como base para a ministração do ensino, dentre eles está a consideração com a diversidade étnico-racial (BRASIL, 1996). Esta lei serve de alicerce para o desenvolvimento de decretos, normativas e documentos municipais e estaduais que visam sistematizar e garantir uma educação de qualidade.

A LDB no ano de 2003, teve incluído em sua redação a Lei 12.796, sendo que, dentre as alterações, há a “consideração com a diversidade étnico-racial”, e a partir disto novos documentos foram sendo elaborados com base nesta lei, no âmbito nacional temos as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana lançada no ano de 2004, que trata das Políticas de Reparações de Ações Afirmativas de Reconhecimento e Valorização, Educação das relações étnico-raciais, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Determinações, consciência política e histórica da diversidade, fortalecimento de identidades e de direitos, ações educativas de combate ao racismo e a discriminações, Obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras, Educação das Relações Étnico-Raciais e os Conselhos de Educação.

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros (BRASIL, 2004, p. 10).

O documento busca a possibilidade de oferecer aos negros, a oportunidade de sentirem-se valorizados e reconhecidos dentro da cultura nacional, e declara que não é a escola que cria o racismo, mas que, tanto este, quanto as desigualdades e discriminação passam por ela, e cabe a ela, a formação, e o educar para uma sociedade justa e democrática.

O racismo está depositado no mais fundo da cabeça dos homens – assim como certas sementes que resistem às mais violentas mudanças de temperatura e, subitamente, voltam a brotar. Há nele uma dose de irracionalismo que nenhum sistema social, até hoje, foi capaz de liquidar (SANTOS, 1994, p. 35).

Por esta razão faz-se necessário que a escola desde cedo trabalhe estas questões que envolvem assuntos relacionados à convivência humana, pois no que se refere ao racismo ainda há alunos que sofrem diariamente a dor da discriminação por conta da cor da sua pele dentro e fora da escola, por existir uma imagem deturpada do afrodescendente.

Todo este processo de reprodução das relações sociais está baseado em como a criança ao falar constrói suas representações sociais, entendidas como uma rede de relações que ela estabelece, a partir de sua situação social, entre significados e situações que lhe interessam para sua sobrevivência (LANE, 1984, p. 35).

Se a criança reproduz o que vive nas relações estabelecidas, faz-se necessário que a escola apresente para ela o valor da diversidade, o respeito às diferenças.

A diversidade, entendida como enriquecimento, possibilidade, processo de construção, é própria dos seres humanos. É o tema que se impõe para que possamos construir uma escola pautada no direito à educação e no direito à diferença e na formação integral do sujeito como movimentos que impulsionam a superação de perspectivas monoculturais, etnocêntricas e hegemônicas que determinam os modos de fazer educação escolar (SANTA CATARINA, 2014 p. 56).

A diversidade garante que somos iguais nas diferenças, no entanto a diversidade só terá sentido se for valorizada, vivenciada. No que tange à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), esta deve ser visualizada como um dos meios ou estratégias para a promoção da diversidade dentro do ambiente escolar, buscando valorizar todos os sujeitos que compõem a instituição e fazem parte da sociedade, reconhecendo a igualdade nas diferenças, procurando erradicar toda e qualquer forma de discriminação, oferecendo uma formação de cidadãos atuantes em uma sociedade que tem o respeito e a tolerância como base de suas relações.

Marcadamente, as políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais resultam da atuação dos movimentos negro e indígena e assinalam a educação como espaço efetivo para combater, através de novos conteúdos, desigualdades sociais referentes a racismo. Procuram oferecer à educação reflexões reorientadas para o reconhecimento dos valores e bases culturais dos descendentes de africanos e dos povos indígenas, em suas formas específicas de organização (SANTA CATARINA, 2014, p. 66).

No entanto, para que estas políticas de fato aconteçam no dia a dia no ambiente escolar, é preciso que os profissionais da educação tenham formação, capacitação para saberem trabalhar estas questões com os alunos, bem como enfrentar situações discriminatórias e raciais que podem surgir, sendo um profissional capacitado, dotado de conhecimentos que o auxiliem em várias circunstâncias.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal de Brusque e qualifica-se por exploratória com abordagem mista, pois visa explorar o problema e tentar criar possibilidades, , conforme afirma Cajueiro (2015, p. 16), “buscam estudar, explorar o problema a fim de torná-lo explícito e possibilitar a criação de hipóteses.

A pesquisa documental também faz parte da execução do projeto, pois houve a análise de documentos como Projeto Político Pedagógico e os planos de aula dos professores, para Cajueiro (2015, p. 17) “a pesquisa documental procura por documentos de fonte primária por meio de dados primários provenientes de órgãos que as realizaram”.

A pesquisa deu-se início a partir do levantamento bibliográfico, a elaboração do projeto, a coleta de dados que ocorreu após a liberação da Secretaria Municipal de Educação, da gestão escolar e a partir disto, houve a análise dos planos de aula dos professores, do PPP (uma vez que é um documento construído coletivamente), aplicação dos questionários, tabulação dos dados, redação e revisão.

Os sujeitos que participaram da pesquisa por meio de questionário são os professores que lecionam as disciplinas de artes, literatura e história, pois conforme a lei 10.639/03, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana deve estar presente em todo o currículo escolar, mas especificamente nestas três disciplinas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A metodologia do presente artigo baseou-se na aplicação de questionários, análise do Projeto Político Pedagógico da escola e dos planos de aula dos professores. A gestão escolar autorizou a participação de um professor de cada disciplina (Educação Artística, História e Língua Portuguesa).

Os questionários aplicados tinham como finalidade identificar a formação dos professores participantes da pesquisa, se em sua formação inicial houve alguma abordagem sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, em quais turmas lecionam, qual a sua concepção sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, se trabalham em sala de aula, quais as estratégias de ensino utilizadas e, por fim, saber se conhecem os documentos oficiais que amparam esta prática. As respostas obtidas se configuram da seguinte maneira:

- Formação Inicial:

De acordo com as respostas todos são graduados na sua área de ensino (Língua Portuguesa, História e Artes), sendo que, a professora de artes é especialista em arte educação e o de história é especialista em história e cultura afro-brasileira. Todos afirmam que não houve nenhuma abordagem sobre esta temática na sua formação inicial. O documento do MEC “História da Educação do Negro e outras histórias” (2005, p. 201)) ratifica que “a trajetória da educação no Brasil, na perspectiva da democracia racial, nega a existência do referencial histórico, social, cultural e econômico do africano e ainda não incorporou conteúdos afro-brasileiros nos currículos

escolares.” Por esta razão é necessário que haja a incorporação deste conteúdo na formação dos docentes, para que estes possam abordá-los na Educação Básica, conhecendo e reconhecendo a relevância em tratar a história e cultura afro-brasileira e africana muito além da visão escravocrata.

- Qual a concepção sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana:

As concepções divergem-se quanto ao pensamento individual sobre o ensino deste tema, a professora de artes afirma que é *“essencial, pois precisam ter conhecimento das contribuições dos africanos inserida na cultura brasileira (meus alunos), que apesar de escravizados deixaram uma herança cultural imensa”*.

O professor de história apresenta ideais similares ao da professora de artes, ao declarar que *“O ensino dessa temática é importante, pois a cultura africana e afro-brasileira contribuíram para formação do Brasil. No estudo da história do Brasil deve mostrar que esses grupos são sujeitos históricos”*.

A fala dos professores retratam a ideia principal que a lei 10.639/03 busca apresentar, que segundo Rocha e Silva (2013, p. 65):

Esta política educacional também tem sido um instrumento para se repensar o currículo escolar brasileiro e as relações raciais no país, entendendo, assim, a Educação como um importante mecanismo para o combate ao racismo e à discriminação racial, para se construir uma sociedade que reconheça a contribuição de todos(as).

Enquanto que a professora de língua portuguesa diz *“tenho conhecimento da lei que ampara este ensino, mas estou ministrando minhas aulas na orientação das Diretrizes Curriculares de Brusque”*. No entanto, a disciplina de Língua Portuguesa, envolve a literatura e esta perpassa vários momentos históricos e autores que são e escreveram sobre a literatura afro-brasileira. Ao analisar as Diretrizes Curriculares Municipais de Brusque pode-se perceber que na parte final há tabelas referentes aos conteúdos mobilizados, as habilidades e objetivos de cada disciplina, dentro desta tabela na disciplina de Língua Portuguesa não há relação com este assunto, no entanto, estas mesmas Diretrizes Curriculares Municipais de Brusque (2012, p. 46) também afirma que a linguagem é uma forma de interação e que *“o foco no sujeito aprendiz e nos aspectos culturais sobre a leitura e escrita são pouco considerados quando o foco do ensino é apenas o conteúdo”*. Dessa forma, se o foco é a aprendizagem dos indivíduos, faz-se necessário que haja uma contextualização do assunto abordado à realidade do discente, e, reconhecendo que desde 2014 já

havia um número crescente de migrações, conforme consta no PPP, mesmo que o professor desconsidere a Lei 10.639/03, é preciso que trabalhe o multiculturalismo, baseado na realidade existente na comunidade escolar.

- *Os professores trabalham este conteúdo em sala de aula e quais as estratégias de ensino utilizadas:*

Os três educadores trabalham com as turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, e apenas a professora de artes leciona também no Ensino Médio. Os dois docentes que disseram trabalhar esta questão, diferenciam-se ao definir a forma como é abordado este tema, o professor de história afirma que trabalha separadamente e a de artes de modo interdisciplinar.

Sem interesse real por aquilo que o outro tem para dizer não se faz interdisciplinaridade. Só há interdisciplinaridade se somos capazes de partilhar o nosso pequeno domínio do saber, se temos a coragem necessária para abandonar o conforto da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo (POMBO, 2005, p. 13).

Quanto às estratégias, o professor de história relata que faz uso do livro didático, documentários e filmes, e a de artes alega utilizar filmes, imagens, diálogo, vídeos e a sua própria vivência, relatando que teve uma bisavó que foi escrava. Esta pluralidade de estratégias e a frequência com que o tema é abordado, faz com que a sua relevância fique em evidência, sendo incorporado ao currículo e não tratado como um “conteúdo extra”, a respeito disso Silva (1995, p. 172) afirma que “um currículo anti-marginalização é aquele em que todos os dias do ano letivo, em todas as tarefas acadêmicas e em todos os recursos didáticos estão presentes as culturas silenciadas”.

- *Conhecem os documentos oficiais que amparam esta prática:*

Na questão que busca averiguar se o professor tem conhecimento dos documentos que embasam o ensino deste assunto, a professora de língua portuguesa alegou que não, enquanto que os outros dois demonstraram conhecimento, citando a Lei 10.639/03, a alteração para a Lei 11.645/08 e a sua obrigatoriedade nos currículos do ensino fundamental e médio. De acordo com Rocha e Silva (2013, p. 78):

Com a aprovação da Lei 10.639/03, intensificou-se a discussão da “educação das relações étnico-raciais”. Entretanto, ainda é necessário ampliar o debate e a preparação pedagógica para efetivar uma Educação Antirracista, pois é fundamental sensibilizar e conscientizar toda a comunidade escolar na mudança da abordagem curricular para que esta se torne interdisciplinar e transversal em todos componentes curriculares, níveis e modalidade de ensino.

Desta maneira, é essencial que os professores tenham conhecimento desta lei e possibilite a sua efetivação na prática, possibilitando que o currículo alcance o multiculturalismo.

- Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico da escola está em processo de atualização, por esta razão a versão utilizada para análise foi construída no ano de 2014. A visão que é determinada pela Secretaria Municipal de Educação é voltada para a ideia de democracia, a qual tem como eixo principal a participação de todos nas construções e decisões, sendo uma escola aberta para as necessidades e diferenças de seus alunos.

No perfil da comunidade escolar mostra que a escola atende turmas de 6º ao 9º ano com 575 alunos, e, que em 2014 foi realizada uma pesquisa com 300 famílias e houve a percepção de que a demanda havia aumentado devido a migração populacional, sendo 80 famílias de outros estados (33 do Paraná, 15 da Bahia, 10 de São Paulo, 08 de Rio Grande do Sul, e 112 do interior de Santa Catarina) que trazem culturas diferentes (linguagens, hábitos, atitudes e valores). Tendo consciência de que esta é uma realidade existente, que há uma variedade de culturas, é preciso que haja a valorização dessas diferenças culturais, Penin (1994, p. 26) reitera que “em uma dada cultura, conhecimentos sistematizados coexistem com saberes, que apresentam níveis variados de elaboração, provenientes da mídia, da política, de regionalismos e de outros lugares”.

No PPP consta que com o crescimento do bairro, os problemas sociais (drogas, gravidez precoce e a grande rotatividade das famílias por conta das migrações) reflete no cotidiano escolar. No quesito religião, o bairro se divide em católica e evangélica, sendo apenas 5% de outras. Em conversa informal com a gestora o número atualizado de alunos é 608, no entanto, ainda não há dados atualizados referentes a composição das famílias, a escola tem conhecimento de que ainda prevalece muitas migrações, mas que, no momento não está documentado no PPP, além do mais, as religiões tidas como maioria aparecem de forma nítida, enquanto as demais aparecem na

estatística apenas como uma quantidade percentual sem denominação, isto implica dizer que parte de alguma cultura está oculta. Segundo Melo (2011, p. 100):

Os códigos culturais das famílias, que representam códigos de classe, podem facilitar ou dificultar, incluir ou excluir, os estudantes da escola. A escola pode se constituir em continuidade da vida cotidiana, ou representar um verdadeiro “novo mundo” a ser explorado, com todas as dificuldades que isso traz para as crianças.

Na situação física da escola e recursos materiais, há uma área de convivência, que é o mesmo espaço do refeitório, onde se desenvolve atividades culturais e comunitárias com palco para apresentações culturais. Reservar um espaço para o desenvolvimento destas atividades são fundamentais, pois de acordo com Silva (1995, p. 175):

As instituições escolares são lugares de luta, e a pedagogia pode e tem que ser uma forma de luta político-cultural. As escolas como instituições de socialização têm como missão expandir as capacidades humanas, favorecer análises e processos de reflexão em comum da realidade, desenvolver nas alunas e alunos os procedimentos e destrezas imprescindíveis para sua atuação responsável, crítica, democrática e solidária na sociedade.

Na Meta 2 do Plano Nacional de Educação que tem como ideia a universalização do ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos, dentro de suas 13 estratégias, traz o entendimento da importância de:

Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural (BRANDÃO, 2014, p. 20).

Dentre os deveres do corpo docente no PPP, está o ato de “propiciar conhecimento científico, erudito e universal, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social do educando”. Segundo Melo (2011, p. 82) “para o professor, o desafio é que o seu saber não se resume ao conhecimento técnico-científico, indispensável, mas ao conhecimento dos educandos com os quais divide sua prática pedagógica-dialógica, e não unilateralmente”.

Desta forma, demonstra-se que na unidade escolar em questão há uma diversidade cultural significativa, e que necessita de uma atenção especial no que se refere à contextualização do que é ensinado em sala de aula, conforme expõe o documento, a escola precisa estar aberta à valorização destas diferenças que se caracterizam pelas diversas formas de enxergar o mundo por meio de

crenças, valores, hábitos e costumes. Para que esta Lei seja posta em prática, é necessário que esteja presente no Projeto Político Pedagógico da escola, uma vez que, é o documento de identificação e norteador das ações desenvolvidas.

A implementação da Lei nº 10639/03 depende não apenas de ações e políticas intersetoriais, articulação com a comunidade e com os movimentos sociais, mudança nos currículos das Licenciaturas e da Pedagogia, mas também de regulamentação e normatização no âmbito estadual e municipal, de formação inicial, continuada e em serviço dos profissionais da educação e gestores(as) do sistema de ensino e das escolas (GOMES, 2012, p. 24-25).

- Planos de aula

Os planos de aula de Educação Artística disponibilizados são de duas turmas do 8º, uma do 9º e duas do 6º ano. No objetivo geral consta que a meta deve ser a de proporcionar a possibilidade de conhecer, saber e identificar a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, buscando e organizando informações sobre a mesma. Nas turmas dos 6º anos, dentre os objetivos e habilidades estão: “Refletir a importância da arte enquanto registro de um povo, de uma cultura, de uma época”; “Identificar os aspectos da cultura indígena, africana dentro do cenário brasileiro e compará-las as demais culturas”. Dentre os conteúdos mobilizados consta a arte afro-brasileira com seus costumes, culinária, máscaras e orixás, sendo que, a metodologia a ser utilizada é a releitura de obras de alguns artistas, tendo como gênero discursivo/textual, aulas expositivas e participativas, com vídeo, manuseio de sites, cadernos, livros, exposição de pinturas e artistas, notícia, entrevista, resumo de filme e reportagem de internet. Nas turmas de 8º ano, o objetivo geral da disciplina é: Proporcionar ao educando a possibilidade de compreender e saber identificar a arte como um fato histórico contextualizado nas diversas culturas sabendo buscar e organizar informações sobre a mesma; tendo consciência de uma relação prazerosa com a produção artística pessoal e conhecimento estético, respeitando a própria produção e a do outro. O mesmo objetivo também se aplica aos 9º anos, tendo como metodologia aula expositiva e dialogada, músicas, livros, ilustrações, filmes, vídeos, visita a exposições e feiras culturais, passeios, etc.

É fundamental que haja a diversificação de materiais e estratégias ao trabalhar a valorização da cultura afro-brasileira e africana, uma vez que, por meio destes há o alcance das diferentes maneiras de aprender.

[...] fontes variadas em material bibliográfico e outros materiais didáticos, realizados por docentes e alunos, que incluem personagens negros e de outros grupos étnico-raciais. Valorizam a oralidade, a corporeidade e a arte, por exemplo, a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura. Atuam no campo da educação patrimonial visando o aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro e sua preservação (GOMES, 2012, p. 31).

Na disciplina de história, os planos de aula são do 6º, 7º, 8º e 9º ano, e tem como objetivo geral: “conceituar os educandos no contexto histórico em que estão inseridos”, mostrando que o estudo da história não é apenas uma visita ao passado, e sim, uma forma de entender o que acontece no presente “a fim de que o aluno se perceba como cidadão e personagem de papel relevante no andamento da história”. Nos planos do 6º ano, não consta nada que se refira a cultura afro-brasileira e africana, mas nos conceitos a serem trabalhados aparece a percepção das heranças culturais dos alunos e dentro deste contexto, pode-se abordar a história e cultura africana. No 7º ano a única parte que aparece também é nos conceitos a serem trabalhados como “observar o início da escravidão em terras brasileiras”. No 8º ano aparece nos conteúdos como “Africanos no Brasil: dominação e resistência” e os conceitos a serem trabalhados aparece como a importância de conhecer os movimentos revolucionários e o conceito de cidadania que fundamenta atualmente as regras políticas e de convívio social e entre os povos. Nos conteúdos do 9º ano trata da África entre os séculos XVI e XIX, buscando compreender o processo de construção da sociedade brasileira.

A ERER se aloja na ideia da desconstrução dos modelos e instituições escolares assumidos como únicos e propõe a construção de possibilidades educativas que levem em conta a pluralidade étnica. Esse processo de desconstrução e construção, levando em conta a identidade cultural brasileira e as suas pertencas, pode se constituir em prática constante de reflexão, no interior da escola (SANTA CATARINA, 2014, p. 67).

Assim, o Ensino da história e cultura afro-brasileira e africana deve desvencilhar-se da relação vista unicamente pelo olhar da escravidão, passando a identificar e reconhecer as contribuições desta cultura para a formação da sociedade brasileira nos diversos aspectos.

Os planos de aula da professora de Língua Portuguesa não foram disponibilizados, mas no questionário, a mesma já havia dito que não trabalha este assunto, contradizendo o que consta no PPP que há uma diversidade cultural e conseqüentemente a valorização desta. Segundo Melo (2011, p. 81) é importante “conhecer o aluno, sua vida, sua prática social, as contradições da vida que levam em comunidade, suas necessidades etc. É papel do educador nesse método, e dessa

vivência são gerados os conteúdos da escola”. Na língua portuguesa, a questão cultural também pode ser abordada dentro do contexto da variação linguística, bem como, da literatura que traz consigo marcas de diferentes culturas.

As línguas estão intrinsecamente relacionadas com a caracterização dos grupos culturais, o que vem de seu processo de formação histórica. Nessa reflexão, é preciso ter presente que, mesmo no âmbito de uma mesma língua, há tanto diferenças que as caracterizam com marcas de uma nação (SANTA CATARINA, 2014, p. 107).

Desta forma, há meios e métodos de se alcançar o aluno e a cultura a qual ele faz parte, enaltecendo as características de cada uma num contexto geral e específico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou identificar se a Lei 10.639/03 que discorre sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições escolares está sendo posta em prática. A análise do PPP, planos de aula e aplicação de questionário na Unidade Escolar a qual foi realizada o estudo, trouxe à luz que há docentes que tem conhecimento da mesma e buscam colocá-la em prática, no entanto, também tornou-se perceptível que há necessidade de incluir este tema na formação inicial e continuada dos professores, pois ainda existem docentes que ainda não conseguem identificar a relevância desta temática e nem como trabalhá-la em sala de aula, pois não incorporaram em si essa necessidade. O PPP trata da valorização da diversidade cultural, e dentro desta perspectiva há como trabalhar o que consta na lei, despir-se dos conceitos que visam puramente a negatização da história cultural de um povo, e reconhecer as contribuições deixadas por estes na constituição da nação brasileira.

Esta temática é abordada sob a perspectiva da formação do Brasil com a herança cultural deixada pelos africanos e a destituição da idealização do negro, do africano, puramente sob o olhar da escravidão. As informações que constam no PPP da escola elaborado em 2014, reforça a necessidade de ampliar o repertório cultural existente na escola, uma vez que, há indivíduos provindos de contextos diferentes e marcas próprias. Assim, não há mais espaço para a manutenção de uma cultura dominante no ambiente escolar, é preciso que as práticas pedagógicas contemplem as pluralidades. Se a educação visa a formação para a cidadania, faz-se necessário a valorização e o respeito às diferenças, de maneira que alcance e traga os discentes e as famílias para mais perto

da escola, mostrando que todos têm vez e voz no processo de ensino-aprendizagem e na formação de cidadãos cientes de seus direitos e deveres na busca da construção de um país mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

APLE, Michael W. **Política cultural e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

BANTON, Michael. **A ideia de raça**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Os desafios do novo plano nacional de educação: PNE Lei nº 13.005/14 comentários sobre suas metas e suas estratégias**. São Paulo: Avercamp, 2014.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. CNE/CP 3/2004, aprovado em 10/3/2004. Brasília: 2004.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/diarios/418044/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-10-01-2003/pdfView>. Acesso em: 20 de abr. de 2018.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>>. Acesso em: 20 de abr. de 2018.

CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: guia prático do estudante**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito Racial: Portugal e Brasil – colônia**. 2. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1988.

CERTEAU, Michel de. **A cultura plural**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2012.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

DIJACI, David de Oliveira, *et al.* **A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil**. Brasília: Editora da UNB; Goiânia: Editora da UFG, 1988.

GOMES, Nilma Lino. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escolas na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC, 2012.

LANE, Silvia T. M. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: 1984.

MARTINS, Estevão C. De Rezende. **Cultura e poder**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MELO, Alessandro de. **Relações entre escola e comunidade**. Curitiba: IBPEX, 2011.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática**. 10. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

PENIN, Sônia Teresinha de Souza. **A aula: espaço de conhecimento, lugar de cultura**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1994.

PEREIRA, Amauri Pereira. **Para além do racismo e do antirracismo: a produção de uma cultura de consciência negra na sociedade brasileira**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em revista**, v. 1, n. 1, 2005.

ROCHA, Solange; DA SILVA, José Antônio Novaes. À luz da lei 10.639/03, avanços e desafios: movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 5, n. 11, p. 55-82, 2013.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. Santa Catarina: Secretaria de Estado de Santa Catarina, 2014.

SANTOS, Joel Rufino. **O que é o racismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas nada sala de aula: introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

<<http://www.osbrusque.com.br/web/noticia.php?noticia=434:conheca-como-cresce-a-populacao-em-brusque>>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

<<https://omunicipio.com.br/numero-de-migrantes-que-chegam-a-brusque-atinge-menor-nivel-na-decada/>>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

